

# A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL: PERCALÇOS E CONQUISTAS

*The institutionalization of Social Sciences in Brazil:  
achievements and setbacks*

**RESUMO** A partir da adoção da obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no ensino médio por toda a rede de educação básica do país (2009), faz-se necessário discutir o processo de institucionalização e consolidação da análise sociológica. A institucionalização das Ciências Sociais no Brasil deu-se de maneira particular, sendo iniciada por “intérpretes do Brasil” – médicos, engenheiros e juristas, sendo, posteriormente, consolidada como disciplina científica. Dessa forma, no presente artigo realiza-se uma revisão bibliográfica fundamentada em autores clássicos e contemporâneos da Sociologia. Destaca-se, ainda, a experiência de São Paulo e Rio de Janeiro na consolidação da disciplina. As reflexões desenvolvidas enfatizam que as explicações gerais sobre os problemas sociais, os ensaios e a produção científica sistemática foram elementos significativos na consolidação das Ciências Sociais no País. A discussão visa alicerçar a formação dos professores e pesquisadores de Sociologia, assim como profissionais de outras áreas do conhecimento que partem de um referencial sociológico para investigar os problemas sociais da realidade nacional.

**PALAVRAS-CHAVE** SOCIOLOGIA; CIÊNCIAS SOCIAIS; INSTITUCIONALIZAÇÃO; INTÉRPRETES DO BRASIL.

**ABSTRACT** WITH THE ADOPTION of the mandatory discipline of sociology in high schools throughout the basic education network in the country (2009), the process of institutionalization and consolidation of sociological analysis must be discussed. The institutionalization of the social sciences in the country occurred in a particular way, being initiated by “interpreters of Brazil” – doctors, engineers and lawyers –, and was subsequently consolidated as a scientific discipline. Thus, this paper brings a literature review based on classical and contemporary authors of Sociology. It is noteworthy, though, the experience of São Paulo and Rio de Janeiro in the consolidation of the discipline. The reflections emphasize that the general explanations on social problems, essays and systematic scientific production were significant elements in the consolidation of the Social Sciences in the country. The discussion aims to establish a foundation for sociology teachers and researchers as well as for professionals from other fields of knowledge that use sociology as a reference to investigate the country’s current social problems.

**KEYWORDS** SOCIOLOGY; SOCIAL SCIENCES; INSTITUTIONALIZATION; INTERPRETERS OF BRAZIL.

**Cynthia Lopes da Silva**

UNIVERSIDADE METODISTA DE  
PIRACICABA (UNIMEP)

CINTHIALSILVA@UOL.COM.BR

**Rogério de Souza Silva**

UNIVERSIDADE DE SOROCABA  
(UNISO)

PROFESSORROGERIO@UOL.COM.BR

## INTRODUÇÃO

A disciplina Sociologia voltou a ser obrigatória no ensino médio (antigo segundo grau) em 2009 por força da Lei Federal nº 11.684/08,<sup>1</sup> sancionada pelo vice-presidente da República no exercício da presidência, José Alencar, em 2 de junho de 2008.<sup>2</sup> A nova legislação alterou a Lei Federal 9.394/96 – que estabeleceu as diretrizes e bases para a educação nacional – e determinou a obrigatoriedade da disciplina em todas as séries do ensino médio, tanto nas escolas da rede pública como da rede privada.<sup>3</sup>

Diante dessa nova realidade de obrigatoriedade da Sociologia no ensino médio, torna-se urgente discutir e rediscutir o processo de institucionalização e consolidação da análise sociológica no Brasil, ressaltando seus primeiros percalços e conquistas. Dessa maneira, o presente artigo realiza uma revisão bibliográfica sobre os primeiros passos da sociologia na terra de Vera Cruz.

A presente discussão, também, é um contributo para as produções científicas de outras áreas do conhecimento, como a Educação Física, considerando que, desde final da década de 1970, um grupo de pesquisadores dessa área tem se apoiado em referenciais das Ciências Sociais e Humanas para compreender os problemas relacionados às

aulas de Educação Física na escola e às manifestações corporais, fazendo um contraponto às influências das Ciências Naturais, historicamente predominantes nesse campo.

A institucionalização das Ciências Sociais no Brasil ocorreu em períodos distintos e teve em seu processo um primeiro grupo de intelectuais que ocuparam o lugar de intérpretes do Brasil, configurando certo modo de pensar e analisar os problemas sociais do País. Esses autores (juristas, engenheiros e médicos) foram atuantes entre os anos de 1870 a 1930. Suas reflexões eram fundamentadas por fatores biológicos e no referencial evolucionista.

Os anos de 1930 a 1940 podem ser identificados como um período transitório, em que o processo de modernização do País estava em seu início. As análises de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. destacaram-se nesse período, principalmente pelo fato de discutir temas a partir de conceitos e autores que renovam as interpretações sobre o papel das etnias constitutivas, da mestiçagem, da escravidão, da família patriarcal, do mandonismo, das variações regionais etc.

Um segundo período, que caracterizou a análise científica da sociedade no Brasil, foi após os anos 1940. O País passava por um processo acelerado de modernização, sobretudo após 1945. Nesse momento, duas experiências foram fundamentais – a de São Paulo e a do Rio de Janeiro. A vinda de pesquisadores estrangeiros e a constituição de um padrão de trabalho científico para o desenvolvimento da pesquisa, liderado por Florestan Fernandes, marcou o percurso vivido pelo grupo de pesquisadores paulistas.

A experiência do Rio de Janeiro tem também sua singularidade. Formada por um grupo de intelectuais que ocupavam certas posições políticas, a análise sociológica desenvolvida na então capital do Brasil favoreceu-se da criação de institutos que se constituíram como referência para esse período.

A seguir, desenvolvem-se reflexões sobre esses momentos fundamentais para o

<sup>1</sup> Na mesma lei, a disciplina de Filosofia também se tornou obrigatória no ensino médio.

<sup>2</sup> A medida torna obrigatória a inclusão da disciplina de Sociologia no currículo do ensino médio em todo o país, ampliando o que já era praticado em 17 estados.

<sup>3</sup> Projeto semelhante foi apresentado pela primeira vez pelo ex-deputado Padre Roque em 1997 e vetado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 2001. Em 2003, o senador Ribamar Alves reapresentou o projeto, com modificações, ao Congresso Nacional. Depois de cinco anos tramitando pelo Senado, foi aprovado, revogando o inciso III do § 1º do art. 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394, de 1996). Onde antes se lia que ao final do ensino médio, o educando deveria demonstrar “domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania” agora se lê: “IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio”. Ver: Brasil (2008); MEC (2006) e MEC (2009).

surgimento, institucionalização e consolidação das Ciências Sociais<sup>4</sup> no Brasil. Além disso, realizam-se apontamentos sobre as diferenças e semelhanças entre as experiências paulista e carioca.

### A ANÁLISE CIENTÍFICA DA SOCIEDADE NO BRASIL

A análise científica da sociedade no Brasil, segundo Antônio Candido<sup>5</sup> (2006), passou por dois períodos distintos: de 1870/80 a 1930 e após 1940, com um período intermediário entre 1930 e 1940.

No primeiro período, de 1870/80 a 1930, encontram-se intelectuais não especializados e com forte preocupação em interpretar de forma global a sociedade brasileira. Além disso, não desenvolveram ensino nem pesquisa empírica na área sociológica. Dessa forma, neste momento, os porta-vozes da visão social do Brasil eram, sobretudo, os juristas, os médicos e os engenheiros, formando, assim, “a tríade da inteligência brasileira”. “O jurista foi o intérprete por excelência da sociedade, que o requeria a cada passo, e sobre a qual estendeu o seu prestígio e maneira de ver as coisas” (CANDIDO, 2006, p. 272).

Florestan Fernandes (1980), discutindo a constituição e consolidação da explicação sociológica no Brasil, chega a conclusões semelhantes. O autor de *A revolução burguesa no Brasil* fala em “três épocas de desenvolvimento da reflexão sociológica na sociedade brasileira”: a primeira época caracterizava-se pelo fato dominante de ser a sociologia explorada como um recurso parcial e uma perspectiva dependente de interpretação. “A intenção não é de fazer, propriamente, obra de investigação sociológica, mas de esclarecer certas relações, mediante a consideração dos fatores sociais” (FERNANDES, 1980, p. 27). A segunda época caracterizava-se “pelo uso do pensamento racional como forma de consciência e de explicação das condições histórico-sociais de existência na sociedade brasileira”

<sup>4</sup> O curso de Ciências Sociais tem como áreas principais as disciplinas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

<sup>5</sup> Artigo publicado, pela primeira vez, em 1959.

(Ibid., p. 27), ou seja, no primeiro quarto do século XX, “a interpretação do presente se associa a disposições de intervenção racional no processo social” (Ibid., p. 27). A terceira época caracterizava-se “pela preocupação dominante de subordinar o labor intelectual, no estudo dos fenômenos sociais, aos padrões do trabalho científico sistemático” (Ibid., p. 28).

No primeiro período, a influência do evolucionismo contribuiu para que a explicação dos problemas sociais se desenvolvesse a partir da análise biológica (especialmente na utilização do conceito de raça), da preocupação com as etapas históricas e as grandes sínteses explicativas.

A sociologia brasileira formou-se, portanto, sob a égide do evolucionismo e recebeu dele as preocupações e orientações fundamentais, que ainda hoje marcam vários de seus aspectos. Dele recebeu a obsessão com os fatores naturais, notadamente o biológico (raça); a preocupação com etapas históricas; o gosto pelos estudos demasiados gerais e as grandes sínteses explicativas. Daí a predominância do critério evolutivo e a preferência pela história social, ou a reconstrução histórica, que ainda hoje marcam os nossos sociólogos e os tornam continuadores lógicos da linha de intérpretes global do Brasil, herdada dos “juristas filósofos” (para falar como Clóvis Bevilacqua) do século passado [XX]. (CANDIDO, 2006, p. 272).

Um dos grandes representantes desse período foi o crítico literário Sílvio Romero, que em sua obra *Introdução à história da literatura brasileira* (2002 [1ª ed. 1882]) trazia uma explicação fundamentada nos fatores naturais do meio e da raça. Outro exemplo são os

escritos do engenheiro e jornalista Euclides da Cunha, que buscou, na obra *Os sertões* (2000 [1ª ed. 1902]), “explicação rigorosa no determinismo naturalista, representado pelas forças do meio físico e da constituição racial [...]” (CANDIDO, 2006, p. 277),<sup>6</sup> mas a proximidade com o referencial evolucionista não retira o brilhantismo do livro de Cunha:

*Os Sertões* (1902) constituem um marco: a partir daí os estudiosos seriam levados irresistivelmente a intensificar o estudo da nossa sociedade de um ponto de vista sistemático, superando tanto as preocupações de ordem estritamente jurídica como as especulações demasiado acadêmicas. Euclides da Cunha impusera definitivamente a “realidade brasileira”. (CANDIDO, 2006, p. 278).

Sobre esse momento inicial, Fernandes (1980) destaca as condições histórico-culturais e sociais que viabilizaram o surgimento da elucidação científica da realidade social nacional, principalmente o solapamento e a desagregação do regime escravocrata e senhorial:

O processo de desagregação da sociedade escravocrata e senhorial se refletiu de duas maneiras sobre o desenvolvimento da sociologia no Brasil. De um lado, mediante a influência dos movimentos abolicionistas na formação do horizonte intelectual e médio. De outro,

pelas conseqüências intelectuais da própria desagregação da ordem estabelecida. (FERNANDES, 1980, p. 34).

No final desse primeiro período (1870/80-1930) surgem os trabalhos com forte preocupação em elaborar uma “teoria geral do Brasil”, com destaque para os aspectos políticos. Buscavam, no limite, apontar remédios de ordem político-administrativa para o País, como demonstram os trabalhos de Manoel Bonfim (*A América Latina*, 1993 [1ª ed. 1905]), Alberto Tôres (*A organização nacional*, 1982 [1ª ed. 1914]) e Oliveira Viana (*Instituições políticas brasileiras*, 1999 [1ª ed. 1949]). Este último, inspirado pelas indicações de Sívio Romero quanto à teoria sociológica da escola de Le Play (Pierre-Guillaume-Frédéric Le Play) e da antropossociologia de Otto Ammon e Gilles Lapouge, dedicou-se ao estudo da formação social e buscou nela a origem para a doutrinação teórica no terreno da política e da administração.

Nessa fase inicial da análise científica da sociedade brasileira, também tiveram destaque alguns autores atuantes em um período denominado *intermezzo*, ou seja, entre os autores da geração de 1870 e a eclosão do movimento modernista de 1922. Esse grupo, que se utiliza de conceitos propriamente sociológicos, é constituído, segundo Sérgio Miceli (2001), por Humberto de Campos Vêras, Afonso Henriques de Lima Barreto, Jônatas Archanjo da Silveira Serrano, Hermes Floro Bartolomeu Martins de Araújo Fontes, Vivaldo Coaracy, Manuel Carneiro de Souza Bandeira, Paulo Setúbal, Gilberto de Lima Azevedo Souza Ferreira Amado de Faria e José Maria Bello.

De acordo com as análises de Miceli (2001), os autores acima mencionados contribuíram para o desenvolvimento de uma espécie de esboço de um campo cultural que, posteriormente, reforçará a atuação do sociólogo e sua explicação singular da realidade social. Miceli ressalta ainda que esses escritores são portadores de uma história de vida favorável à profissionalização do trabalho intelectual. Um elemento que contribui para

<sup>6</sup> Candido destaca ainda os trabalhos de Tobias Barreto, *Glosas heterodoxas a um dos motes do dia, ou variações anti-sociológicas* (1884) – primeiro escrito teórico de cunho sociológico, contesta a validade e autonomia da sociologia; Fausto Cardoso, autor de *A ciência da história* (1895), *Estudos de taxionomia social* (1898) e *Concepção monística do universo* (1894) – um dos primeiros sistematizadores da sociologia biológica no Brasil; Lívio de Castro, *A mulher e a sociogenia* (1887); e Paulo Egídio, *Estudos de sociologia criminal* (1900) (CANDIDO, 2006).

esse entendimento é o fato de eles serem originários de famílias oligárquicas com capital financeiro em declínio e de seu único vínculo com as frações dirigentes ser de parentesco ou compadrio. O sociólogo afirma ainda que na biografia desses autores podem ser identificadas duas séries de determinações, uma positiva e outra negativa.

o ingresso nas carreiras intelectuais associa-se, de um lado, à posse de trunfos que resultam da posição na fratria ou na linhagem (como, por exemplo, o fato de ser filho único, de ser o primogênito, de ser o único filho homem etc.) e, de outro, aos efeitos que provocam *handicaps* sociais (tais como a morte do pai, a falência material da família etc.), biológicos (em especial, nos casos de tuberculose), ou, então, estigmas corporais (como, por exemplo, a surdez, a gagueira etc.). (MICE-LL, 2001, p. 22).

Em outras palavras, a leitura proposta por Miceli (2001) sugere que o fato de esses novos agentes culturais serem parte da oligarquia decadente e os vínculos que mantinham com as frações dirigentes foram fatores determinantes para que esses autores tivessem preparação para assumir a posição de profissionais intelectuais.

O período posterior aos anos 1930 é marcado por um processo de institucionalização e consolidação da Sociologia no Brasil. Trata-se de um momento transitório entre os anos 1930 e após 1940. Nesse período, a Sociologia já tinha consciência dos fatos essenciais da realidade brasileira, faltava-lhe fazer parte da vida intelectual, ou seja, precisava ocorrer a modernização da teoria, principalmente pela opção por métodos diretos de pesquisa empírica da realidade. Autores como Gilberto Freyre e Arthur Ramos terão destaque nesse período. Em *Casa grande e senzala* (1990 [1ª

ed. 1933]), Gilberto Freyre, a partir da leitura de autores como Franz Boas, Clark Wissler, Pitirim Sorokin e Emory Bogardus, inovará no sentido de propor uma análise que considera conceitos modernos de cultura, adaptação, contato racial e cultural, distância social e mobilidade. Dessa forma, o ex-morador de Apipucos contribuirá para a renovação da análise sociológica, fazendo apontamentos sobre o papel das etnias constitutivas, mestiçagem, escravidão, família patriarcal, mandonismo, variações regionais etc.

Outros autores que fizeram parte desse período de renovação da análise dos problemas sociais no Brasil foram: Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*, 1993 [1ª ed. 1936]) e Caio Prado Jr. (*Evolução política do Brasil*, 1993 [1ª ed. 1933]). Nota-se, pelo próprio título de suas obras, o novo estilo de aplicação do ponto de vista sociológico, em que a análise histórico-sociológica da realidade brasileira é transformada em investigação positiva. Segundo Fernandes (1980), isto marca a primeira transição importante no desenvolvimento da Sociologia no Brasil, assinalando um período de produção de interpretações propriamente científicas.

Na década de 1930 também houve um fator importante a se considerar na institucionalização da Sociologia, que foi sua emergência no ensino básico e superior. As reformas capitaneadas por Fernando de Azevedo no Distrito Federal e em São Paulo (1927; 1933), incluindo a Sociologia no currículo das escolas normais e cursos de aperfeiçoamento e a reforma federal de Francisco Campos (1931), nos cursos complementares, contribuíram para a consolidação da explicação sociológica no imaginário brasileiro. Nessa década também foram fundados os primeiros cursos superiores de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política (1933), na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1934) – ambas em São Paulo –, e na Faculdade de Filosofia da Universidade do Distrito Federal (1935). Não por acaso, Candiado adverte que “os primeiros brasileiros de formação universitária sociológica adquirida

no próprio país formam-se em 1936” (CANDIDO, 2006, p. 271).

A década de 1930 também foi caracterizada por transformações significativas nas condições política, econômica e social. A Revolução de 1930 acabou com a política do café-com-leite e alijou os políticos paulistas do poder. A crise da bolsa de Nova York (1929) provocou uma profunda transformação na economia, com destaque para o processo de industrialização do País. O crescimento urbano criou um aglomerado populacional jamais registrado no Brasil.

Portanto, o momento era favorável ao conhecimento da realidade social brasileira, que estava se modernizando, e dos problemas decorrentes desse processo. Segundo Candido (2006), a condição em que se encontrava o País foi, também, um momento oportuno e decisivo para a constituição da primeira equipe, no Brasil, de estudiosos preparados para as análises sociológicas e antropológicas. Essa confraria foi formada pelo grupo denominado “missão estrangeira”:

Neste processo, foram parte magna, podemos dizer decisiva, os professores universitários, estrangeiros e naturalizados, que constituem a primeira equipe, no Brasil, de estudiosos especialmente preparados para os estudos sociológicos e antropológicos: Horace Davies, Samuel Lowrie, Claude Levi-Strauss, Paul Arbousse Bastide, Emilio Willems, Herbert Baldus, Jacques Lambert, Roger Bastide, Donald Pierson – americanos, franceses, alemães que nos vieram trazer a cultura universitária no setor das ciências sociais. (CANDIDO, 2006, p. 285).

O período após 1940, segundo momento decisivo no processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, foi marcado pelos estudos sociológicos monográficos, produzidos e incentivados pelo grupo de pesquisadores acima mencionado. Esse é o mo-

mento em que, podemos dizer, a produção científica deu-se de modo mais intenso e em que a Sociologia constituiu-se como atividade ampla, reconhecida e produtiva. A consolidação da Sociologia como ciência e profissão demarca, também, um modo de fazer análise, constituindo-se, cada vez mais, em estudos empíricos metodologicamente conduzidos ou teorias empiricamente fundamentadas.

Dentre os pesquisadores brasileiros, os trabalhos de Florestan Fernandes ganham destaque e vão ao encontro do modelo de sociedade que se encontra em processo de modernização, sendo uma importante referência no processo de institucionalização da Sociologia no Brasil. Suas primeiras obras demarcam a ênfase no conhecimento sistemático e no método estrutural-funcionalista.

O autor funda-se na análise da contribuição de três estudiosos que lhe parecem representar, a títulos diversos, a orientação estudada: Durkheim, Radcliffe-Brown, Merton. Coloca-se, porém, numa atitude genérica em face da explicação sociológica, mas num ponto de vista delimitado, procurando determinar posições adequadas ao tratamento de situações empíricas definidas. (CANDIDO, 2006, p. 294).

No artigo *Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil*, de 1957 [1980], Fernandes faz apontamentos no sentido de instituir um padrão de trabalho científico para os sociólogos brasileiros. Afirma que os novos intérpretes da realidade social deveriam adotar três exigências:

a ênfase nos fins empíricos da investigação permite atender a um requisito básico da explicação nas ciências sociais, que exige a reconstrução empírica dos fenômenos ou totalidades investigados [...]. A ênfase nos alvos teóricos gerais da investigação relaciona-se, primária-

mente, com a obrigação intelectual específica do sociólogo, que consiste em contribuir para o progresso do pensamento científico na sociologia. A ênfase nas possibilidades práticas da investigação poderia parecer de interesse meramente utilitário. Graças a ela, os resultados da pesquisa sociológica seriam convertidos em conhecimentos e orientações assimiláveis pelos leigos ou pelas instituições dedicadas ao planejamento e aos serviços sociais. (FERNANDES, 1980, p. 74).

Fernandes ainda menciona dois outros esforços necessários para o estabelecimento do padrão de trabalho científico: 1) tentar conseguir recursos financeiros para a formação e treinamento profissional dos sociólogos, bem como para projetos mais complexos da pesquisa sociológica; e 2) colaborar para a expansão da pesquisa empírica sistemática nos diferentes campos da Sociologia.<sup>7</sup>

Outra característica da produção de Fernandes, que deixará marcas profundas na consolidação e explicação sociológica no Brasil, é a linguagem. De acordo com Maria Armanda Nascimento de Arruda (2001), o estilo se distingue da linguagem literária dos autores intérpretes do Brasil, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Ou seja, a linguagem de Fernandes expressa certa visão de ciência e da investigação *empírico-indutiva*.

Distante encontra-se, por certo, dos chamados intérpretes do Brasil, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. O estilo leve e literário desses últimos seduz o leitor logo nas primeiras frases. Em

<sup>7</sup> O período após 1940 é também o momento em que a cidade de São Paulo se moderniza. Dessa forma, Fernandes investiu na possibilidade de realizar um projeto científico voltado à reflexão da modernidade brasileira. Por isso, seus estudos concluídos do final de 1940 até o final de 1950, sem considerar os trabalhos etnológicos, apresentavam seu investimento na mudança social (ARRUDA, 2001).

suma, o sociólogo paulista rompeu com a forma polida de construção das idéias, com o modo cultivadamente poético da exposição, uma vez que não recebera herança familiar cultivada, tornando-o, entre todos, mais permeável à absorção da linguagem intratável da Ciência. (ARRUDA, 2001, p. 223).

Dessa forma, verifica-se que a Sociologia ganhou amplo espaço na passagem do século XIX e primeira parte do século XX, consolidando-se como explicação científica da realidade social brasileira.

### AS EXPERIÊNCIAS PAULISTA E CARIOCA

Não é possível entender a institucionalização da Sociologia na cidade de São Paulo se não consideramos a derrota paulista na Revolução de 1930, alijando a elite cafeeira do poder federal, e a guerra civil denominada Revolução Constitucionalista de 1932, conflito entre São Paulo e a União.

Derrotado duas vezes, o governo bandeirante encontrava-se de braços atados. Dessa forma, algumas famílias paulistas traçam uma estratégia para retomar o controle político do Brasil por meio da capacidade técnica e domínio científico. Para isso, grupos econômicos não vinculados necessariamente ao governo criam as primeiras faculdades. Chama atenção o fato de, desde o início, a produção de conhecimento na cidade de São Paulo ter a particularidade de não se manter na dependência de recursos do Estado. Miceli (1987) explica que tanto a Escola Livre de Sociologia e Política (1933) como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934) eram subsidiadas por recursos financeiros do setor privado. “Tanto a Escola Livre de Sociologia e Política como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo se destinavam em princípio à formação de pessoal técnico altamente qualificado, ambas amparadas por recursos mobilizados pelo setor privado” (MICELI, 1987, p. 12).

Com a inclusão da Sociologia no currículo dos institutos de ensino básico e superior mencionados e a criação das Faculdades, outro fator que contribuiu para a consolidação da explicação científica da sociedade em São Paulo foi a criação de periódicos específicos. De 1930 a 1960, os cientistas sociais publicaram seus trabalhos em revistas acadêmicas como: *Sociologia* (1934); *Revista de Antropologia* (1954); *Clima* (1941 – criada pelos primeiros alunos formados na USP); *Anhembi* (1950) e *Revista Brasiliense* (1955).

Nas décadas de 1950 e 1960 foi, enfim, consolidada uma maneira de investigação social da realidade nacional. De acordo com Elide Rugai Bastos (2002), o padrão teórico-metodológico do grupo de pesquisadores de São Paulo, dentre os quais Florestan Fernandes era a figura principal, configurava uma nova forma de investigação dos problemas sociais do Brasil, de modo a rever a visão dualista que, até então, era uma explicação dada pelos intérpretes do País (sobretudo aqueles estudos influenciados pela tese desenvolvida por Jacques Lambert). Na concepção dos autores intérpretes, os problemas da sociedade brasileira poderiam ser explicados pela visão linear de sociedade, a partir da consideração de que existiam dois Brasis – o antigo e o moderno, do campo e da cidade, da agricultura e da indústria etc. Os pesquisadores de São Paulo vão negar essa visão e defender a premissa de que a sociedade brasileira é mais complexa de que esse modelo. Em outras palavras, os cientistas da terra da garoa afirmavam que antigo e moderno, cidade e campo, agricultura e indústria se complementam.

No Rio de Janeiro, as décadas de 1930 e 1950 foram períodos importantes, demarcando a produção mais intensiva de instituições. Alguns institutos foram fundados nesse período: Instituto Católico de Ensino Superior (ICES) (1932), Faculdade Nacional de Filosofia (FNFil) (1939) – ligada à Universidade do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1938), Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP) (1937), Fundação Getúlio Vargas (FGV) (1944), Instituto

Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) (1953), Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) (1955), Seção de Estudos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) (1955), Centro Latino-Americano de Pesquisas de Ciências Sociais (CLAPCS) (1957).

Percebe-se, na então capital federal, uma preocupação em desenvolver uma formação técnica e sofisticada para enfrentar a nova realidade brasileira. No entanto, a experiência de institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro ocorreu de maneira distinta de São Paulo. A universidade pública, em terras fluminenses, foi caracterizada pela centralização, predominando o projeto de pequena autonomia e exacerbada regulamentação, controle governamental e uniformidade institucional (cf. ALMEIDA, 1989). Com isso, os grupos atuantes tiveram como estratégia manter conexões com o sistema político e com as agências governamentais. Ou seja, a atividade de produção científica mantinha-se na dependência das relações com o sistema político. Isso gera susceptibilidade à universidade, já que se mantém na dependência dos políticos que estão no poder.

Outro elemento que foi fundamental na institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro foi a influência do grupo de católicos, que passou a se responsabilizar pela formação superior. O ICES era exemplo disso; tinha, como pretensão, integrar o movimento internacional do renascimento filosófico católico e servir de modelo para a organização universitária do Brasil (ALMEIDA, 1989).

Nota-se que, diferentemente da experiência de São Paulo, em que a pesquisa em Ciências Sociais tinha como lócus a universidade, no Rio de Janeiro a produção deu-se a partir dos institutos. Com isso, muitas dessas instituições não perduraram, porque sem ter uma base sólida, não tinham recursos que as sustentasse, tendo em vista a dependência e forte influência da política e da Igreja.

A dissociação da formação escolar de novos cientistas e a produção em ciências sociais foi outro aspecto da experiência do Rio de Janeiro. Segundo Maria Hermínia Ta-

vares de Almeida (1989), a formação escolar realizada nas universidades cariocas limitou-se ao estágio de graduação. Muitos professores não tinham formação específica em Ciências Sociais, mas em outras disciplinas nas quais a Sociologia e a Política constituíam-se em subáreas, como a Sociologia do Direito, Ciências Jurídicas e Políticas. A dissociação entre ensino e pesquisa e o fato de estarem locados em instituições que se mantinham vulneráveis às circunstâncias políticas são aspectos da diferença com relação à experiência de São Paulo.

Portanto, a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, em especial da Sociologia, esteve vinculada a um projeto de formação de novas elites, que dariam conta de assumir a construção política, econômica e social da nação moderna. Nesse sentido, a particularidade das experiências paulista e carioca foram determinantes nesse processo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão da bibliografia indicada, foi possível apresentar as primeiras análises dos problemas sociais brasileiros, assim como a institucionalização e consolidação das Ciências Sociais no Brasil. Nesse percurso, houve um movimento de modernização do País que influenciou os rumos da compreensão sociológica e o interesse político em constituir uma elite que desse conta das explicações dos problemas brasileiros. Nesse sentido, as experiências paulista e carioca foram fundamentais para as conquistas dessa nova ciência.

No limite, acredita-se que a compreensão do surgimento, institucionalização e consolidação das Ciências Sociais em terras alémar é fundamental para o profissional que, a partir da obrigatoriedade da disciplina de Sociologia na rede básica de ensino de todo o País (2009), terá a árdua e prazerosa tarefa de explorar e explicar cientificamente a realidade social brasileira para seus alunos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. H. T. Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais/Idesp, 1989.
- ARRUDA, M. A. N. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru: Edusc, 2001.
- BASTOS, E. R. Pensamento social da escola sociológica paulista. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-2002)*. São Paulo: Sumaré, 2002.
- BOMFIM, Manoel. *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- BRASIL. Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2 jun. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2011.
- CANDIDO, A. A sociologia no Brasil. *Tempo Social*, v. 18, n. 1, jun. 2006.
- CUNHA, E. *Os sertões: campanha de Canudos*. 39ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editor; Publifolha, 2000.
- FERNANDES, F. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- FREYRE, G. *Casa grande e senzala*. 27ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 25ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- MEC. Parecer nº 38/2006, do Conselho Nacional de Educação. Dispõe sobre a inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do ensino médio. 7 jul. 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcebo38\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcebo38_06.pdf)>. Acesso: 10 ago. 2011.
- MEC. Resolução nº 1, de 15 de maio de 2009. Dispõe sobre a implementação da Filosofia e da Sociologia no currículo do Ensino Médio, a partir da edição da Lei nº 11.684/2008, que alterou a Lei

nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 25 18 mai. 2009, Disponível em:<[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao\\_cne\\_ceb001\\_2009.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb001_2009.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2011.

MICELI, S. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil: 1930-1964. *Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS*, v. 2, n. 5, out. 1987.

MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

PRADO JÚNIOR, C. *A evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

ROMERO, S. Introdução à história da literatura brasileira. In: *Literatura, história e crítica*. In: \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002.

TÔRRES, A. *A organização nacional*. 4ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

VIANA, O. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Editora do Senado, 1999.

#### **DADOS DOS AUTORES**

**CINTHIA LOPES DA SILVA**

(UNIMEP)

Doutora em Educação Física

**ROGÉRIO DE SOUZA SILVA**

(UNISO)

Doutor em Sociologia

Recebido: 24/10/2011

Aprovado: 09/10/2012